



A POLÍTICA NO TERRITÓRIO DA ANTIGA COMARCA DO SERRO FRIO E A REPRESENTAÇÃO NO PARLAMENTO MINEIRO

Agostinho Patrus
Deputado Estadual
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais



criação da Comarca do Serro Frio é quase simultânea à instalação da Capitania de Minas Gerais, desmembrada em 1720 da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro.

Uma multidão de forasteiros afluía à região, atraída pela descoberta de ouro e, pouco depois, teria início a exploração de diamantes, no Distrito Diamantino.

Era, antes, território habitado por indígenas (entre os quais os boruns ou botocudos) e quilombolas, já de conhecimento das entradas vindas da Bahia, como as de Fernandes Tourinho e Dias Adorno.

Mas são os bandeirantes paulistas que se fixam em 1702 no **Arraial do Ribeirão das Minas do Bom Retiro do Serro Frio**. A origem do nome viria da palavra tupi-guarani *ivituruí*, junção de *ivi* (vento), *turi* (morro) e *huí* (frio).

Vindo de Sabará e passando pela Serra do Cipó, seguindo uma vereda indígena, Antônio Ferreira Soares fundou o arraial, dando início ao povoamento desordenado de uma vasta região, propício ao contrabando do produto de suas lavras. A primeira capela, consagrando a povoação, foi erguida por Jacinta Siqueira, escrava alforriada e mineradora, vinda da Bahia.

A criação da Vila do Príncipe, em 29 de janeiro de 1714, seria uma homenagem a Dom Pedro de Bragança (1712-1714), Príncipe do Brasil, herdeiro da coroa portuguesa. Morrendo aos dois anos de idade, foi substituído pelo irmão Dom José, futuro rei de Portugal, este nascido em 6 de junho do mesmo ano de 1714.

A nova condição do lugar representava um modo de instaurar a ordem e o controle da instabilidade social, junto à instalação de registros, passagens e guardas patrulhas, antecedendo à criação das casas de fundição.

Tornou-se a Vila do Príncipe a cabeça da quarta comarca da capitania, juntando-se às de Vila Rica, de Sabará e do Rio das Mortes. Em 1715, seria nela instalado o Senado da Câmara, dotado de **funções executivas, judiciárias e legislativas.**



Anualmente, eram eleitos, entre os homens de posse, dois juízes, revezando-se semestralmente na presidência da Câmara, além de três vereadores e um procurador.

O órgão encarregava-se das proclamações públicas com força de lei e da tributação sobre a produção aurífera. Ao mesmo tempo, desempenhava funções assistenciais, responsabilizando-se por órfãos, e fiscalizava vendas, açougues e matadouros.

O conjunto de homens bons – ou homens com renda – elegia, portanto, os seis representantes que ocupariam os cargos camerários e se regeriam pelas Ordenações Filipinas, com relativa autonomia na administração dos interesses locais.

Após a independência, as Câmaras Municipais começaram a perder força, graças ao recente império, que sobrepôs à municipalidade o poder provincial.

Com a promulgação da lei de 1º de outubro de 1828, as Câmaras foram consideradas “corporações meramente administrativas”, deixando de exercer qualquer tipo de “jurisdição contenciosa”. Foram esvaziadas de sua capacidade legisladora e proibidas de definirem suas diretrizes administrativas e fiscais.

Suas funções judiciais foram suprimidas pela criação do Juizado de Paz na esfera dos distritos e dos Juizados Municipais na sede dos termos e com estrutura independente. Reduzidos às questões municipais e posturas policiais, os vereadores passaram a ser tutelados em todo o período imperial.

A Revolução Liberal de 1842 colocaria em evidência a Cidade do Serro, que, instalada em 1838, substituiria a denominação colonial da Vila do Príncipe.

Algum tempo antes, a Província que sucedeu à Capitania de Minas Gerais assistiria, em 1835, à abertura da Assembleia Legislativa Provincial, em decorrência da Constituição de 1824. Preconizava a Carta, além do sistema bicameral (Câmara – chamada Assembleia Geral – e Senado) para o governo central, os Conselhos Gerais para as Províncias, com os participantes diretamente indicados pelo imperador. Com a abdicação, os conselhos foram substituídos, em 1834, pelas Assembleias Provinciais.

O Parlamento mineiro teria sua última legislatura, correspondente ao biênio 1888-1889, extinta pela República. Com autonomia reduzida, todas as suas deliberações eram submetidas à Assembleia Geral.

As revoltas que se espalham pelo país no período, mesmo com a maioria de Dom Pedro II decretada em 1840, ecoam a ascensão do Partido Liberal, contrário ao centralismo e ao absolutismo.

Uma rebelião em Ouro Preto, em 1833, opõe aos sediciosos que defendiam o retorno de Dom Pedro I um sentimento nacionalista e deságua no liberalismo que eclode em 1842, trazendo à cena Teófilo Otoni, notório filho do Serro.

Membros destacados da comarca já haviam participado da Inconfidência Mineira, como o Padre Rolim, acusado de ter levantado a sublevação em todo o norte mineiro. Mais tarde, o jornal dirigido por Teófilo Otoni, *Sentinela do Serro*, distinguia-se na pregação contrária ao Partido Conservador. Membro de uma família de efetiva atuação política em que se destacaram seu pai, Jorge Benedito, o tio José Elói e o irmão Cristiano, integrou a Assembleia Provincial mineira, participando da sua primeira legislatura.

Liberais paulistas e mineiros pretendiam impedir a mobilização dos membros da Guarda Nacional para que não atuassem a favor das forças imperiais diante da ascensão ao poder dos conservadores, com suas ideias absolutistas e limitadoras de qualquer autonomia municipal e provincial. O serrano Otoni se tornaria um dos principais líderes da Revolução, assumindo o *front* de Barbacena, mas o movimento seria sufocado, em Santa Luzia, pela atuação do então Barão de Caxias.

A revolta eclodiu depois que a primeira eleição para a Câmara dos Deputados do Segundo Reinado transcorreu em um clima de violência, com o fechamento do Parlamento e destituição dos Deputados.

Preso e depois anistiado, fundou a Companhia de Colonização e Comércio do Vale do Mucuri, incentivando a imigração, sobretudo alemã, na região, alternativa ao trabalho escravo. Fundou o Município de Filadélfia, hoje rebatizado em sua homenagem. Numa antecipação das atitudes do Marechal Rondon, iniciou um processo de pacificação dos indígenas, procurando respeitar seu território.

Pensava a infraestrutura pela navegação e pelas estradas de ferro e via o imigrante como parceiro nas atividades rurais, recorrendo a pequenas propriedades. Também defendeu a legalização do casamento entre protestantes e católicos.

Voltando à política, é eleito e reeleito para a Câmara Federal, tendo exercido sua Vice-Presidência.

Nascido na Vila do Príncipe, mas tendo vivido em Diamantina, onde editou o jornal *O Jequitinhonha*, Joaquim Felício dos Santos levou adiante os princípios do liberalismo. Também escritor, autor do romance indigenista *Acayaca*, foi eleito Senador por Minas Gerais, assumindo os trabalhos preparatórios da Constituição da República.

Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt Aguiar e Sá, mais conhecido como Intendente Câmara, depois de ter estudado em Coimbra, administrou a Real Extração de Diamantes e fundou uma usina de ferro-gusa no arraial serrano de Morro do Pilar. Foi presidente da primeira Assembleia Constituinte do Brasil e depois Senador do Império.

Na vida política e parlamentar, inúmeros nativos da Comarca, incluindo seus Distritos, teriam um considerável destaque.

Sabino Barroso foi líder da maioria e Presidente da Assembleia Provincial. Simão da Cunha Pereira exerceu dois mandatos e também presidiu o Parlamento mineiro. Néelson de Sena, que seria signatário do Manifesto dos Mineiros, um dos marcos do final do Estado Novo, foi Deputado Estadual na República por quatro legislaturas e Deputado Federal por outras cinco.

Com a República, o Serro daria a Minas dois governadores (ou Presidentes estaduais), incluindo o primeiro do novo período, Antônio Olinto dos Santos Pires, destituído e substituído por Cesário Alvim. João Pinheiro da Silva exerceu interinamente o Governo de Minas em 1890, sendo efetivado em seguida. Foi eleito Deputado Federal à Constituinte de 1891, recolhendo-se depois ao trabalho na cerâmica que possuía em Caeté, decepcionado com os rumos da política, à qual voltaria, eleito Senador da República em 1905 e Presidente de Minas Gerais em 1906.

Na Presidência estadual, empreendeu a primeira grande reforma do ensino no Estado. Morreu antes de concluir o mandato. Seu filho, Israel Pinheiro, nascido em Caeté, também seria governador, além de ter atuado, junto ao diamantinense Juscelino Kubitschek, na construção de Brasília.

Considerado um “ninho de águias,” o Serro deu ao Brasil personalidades de grande repeito, desde o escultor Mestre Valentim e o músico Lobo de Mesquita, ainda na era colonial, até o escritor Oswaldo França Júnior e a mestra da gastronomia mineira, Maria Lúcia Clementino Nunes, a Dona Lucinha, nos tempos mais recentes. O Supremo Tribunal Federal abrigou renomados juristas oriundos da velha comarca, como Edmundo Lins e Pedro Lessa.

Os trezentos anos de história da comarca, coincidindo com os três séculos de existência oficial de Minas Gerais, avivam nossa memória e imprimem força e substância à nossa identidade.



REFERÊNCIAS

CHAVES, E. R. Criação de Vilas em Minas Gerais no início do regime monárquico. *In: VÁRIA HISTÓRIA*. B. Horizonte, v. 29, n. 51.

FARIA, M. A.; DULCI, O. *Diálogo com o tempo*. 100 anos do Legislativo mineiro. B. Horizonte: ALMG, 2005.

OLIVEIRA, C. E. F. Entre o local e o provincial: os Conselhos Gerais da Província e as Câmaras Municipais, São Paulo e Minas Gerais. *In: ALMANACK*, Guarulhos, n. 9, jan./abr. 2015.

SANTIAGO, Luís. *Serro - Política, geografia e cultura*. Belo Horizonte: Ed. Morada Santiago, 2006.

SANTOS, J. F. *Memórias do distrito diamantino*. Rio de Janeiro: Ed. O Cruzeiro, 1956.

SOUZA, J. M. *Cidade: momentos e processos*. S. Paulo: Marco Zero, 1993.

SOUZA, M. E. *Aconteceu no Serro*. B. Horizonte: BDMG Cultural, 1999.